

Eólica de Montenegrelo, S.A.  
Relatório e Contas 2016

## ÍNDICE

<b>ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>4</b>
ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL .....	4
ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS .....	8
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS .....	8
PERSPECTIVAS PARA 2017 .....	9
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	9
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	10
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	11
<b>CADERNO FINANCEIRO .....</b>	<b>13</b>
<b>APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....</b>	<b>36</b>

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: António Cândido Monteiro Cabeleira

Secretário: Ana Rita Alves da Rocha Soares de Moura

### Conselho de Administração

Presidente: António Manuel Lobo Gonçalves

Vogal: Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Vogal: António Alberto Pires Aguiar Machado

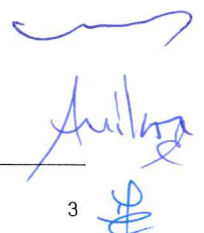
Vogal: Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

Vogal: Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

### Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, representada por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho – ROC

Fiscal Único Suplente: Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes - ROC



## RELATÓRIO DE GESTÃO

### ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL

A EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A. (adiante a "Empresa"), constituída em 17 de Julho de 2007, tem como objecto a realização e desenvolvimento de projectos de aproveitamento de energia eólica, nomeadamente a construção e exploração de centrais eólicas no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

A Empresa tem em carteira uma única Central Eólica denominada Negrelo e Guilhado, com uma potência total instalada de 22,3 MW, sendo que 2,3 MW se referem ao sobreequipamento instalado no final de 2011 e cuja recepção provisória ocorreu em Março de 2012. Este parque eólico localiza-se na Serra da Padrela, no Concelho de Vila Pouca de Aguiar, Distrito de Vila Real.

As actividades de promoção da Central Eólica de Negrelo e Guilhado foram iniciadas pelos accionistas da Sociedade até à sua constituição em 2007.

O Pedido de Informação Prévia (PIP) foi apresentado em Janeiro de 2002, tendo-se obtido resposta em Junho de 2002.

Em 2002 elaborou-se o Projecto de Licenciamento a apresentar à Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), tendo-se obtido o Ponto de Recepção em Fevereiro de 2005. Em Abril de 2007 obteve-se a Licença de Estabelecimento emitida pela DGEG.

Em Fevereiro de 2006 foi apresentado o Estudo de Impacto Ambiental, tendo-se obtido a Declaração de Impacte Ambiental em Fevereiro de 2007.

O processo de negociação dos terrenos necessários à instalação da central iniciou-se em 1999 e terminou em finais de 2007.

O processo de concurso para o fornecimento de aerogeradores iniciou-se em Maio de 2007 e terminou em Outubro de 2007, tendo o fornecimento sido adjudicado, em Novembro de 2007, à sociedade Enercon GmbH.

O processo de concurso para o fornecimento de Instalações Eléctricas e execução de obras de construção civil iniciou-se em Julho de 2007. Foi lançado o concurso em Novembro de 2007 e adjudicado o fornecimento em Junho de 2008, à sociedade Jayme da Costa.

A construção da linha de ligação à rede teve início e conclusão durante o mês de Outubro de 2008.

A construção da Central Eólica de Negrelo e Guilhado teve início em Junho de 2008 e a Licença de Exploração foi obtida em Dezembro de 2008.

Os trabalhos de construção relativos aos primeiros 20 MW foram finalizados durante o ano de 2009, tendo sido assinados o auto de Recepção Provisória das Instalações Eléctricas e Obras de Construção Civil em Junho de 2009 e o Auto de Recepção Provisória dos aerogeradores em Outubro de 2009.

Em 2011 iniciou-se o sobreequipamento deste parque eólico, composto por 1 aerogerador de 2,3 MW. O respectivo projecto de licenciamento foi submetido à apreciação da DGEG em Maio de 2011 e o projecto das obras de construção foi submetido à apreciação da Câmara Municipal em Agosto de 2011. A ligação à rede desta máquina ocorreu no final de Dezembro de 2011 e a Recepção Provisória a 31 de Março de 2012, bem como a entrada em exploração.

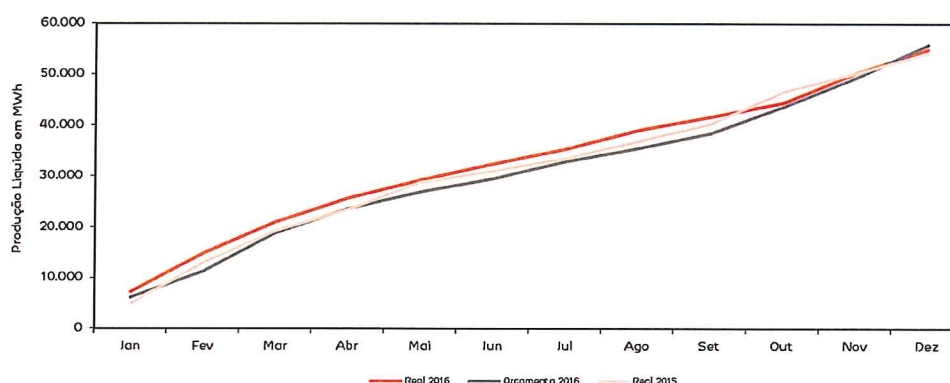


Em 2016, a produção de energia da Central Eólica de Negrelo e Guilhado foi de 55.479 MWh (2015: 54.096 MWh), o que se traduziu em 2.488 horas líquidas equivalentes à potência nominal (2015: 2.426 hpc) e num factor de carga de 28,3% (2015: 27,7%). A taxa de disponibilidade do parque atingiu 98,7%, valor igual ao registado em 2015.

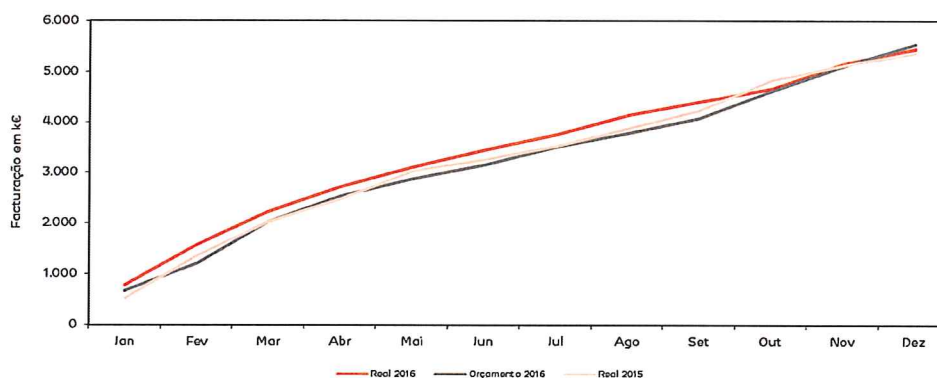
As vendas de electricidade da central eólica de Negrelo e Guilhado foram de 54.911 MWh, que remuneradas de acordo com a legislação específica da Produção em Regime Especial, ascenderam 5,451 M€, o que corresponde a um aumento de 1,4% em relação aos 5,373 M€ obtidos em 2015. A diferença entre as quantidades produzidas e vendidas em 2016 deve-se à energia adicional produzida pela Central, para a qual ainda não existe autorização por parte da DGEG para facturação e que representa somente 1% do total produzido.

Em 2016, a remuneração média das vendas foi de 99,3 €/MWh, tal como também registada em 2015.

Produção de Energia acumulada 2016 – MWh



Vendas de Energia acumuladas 2016 - Milhares Euros



A Empresa não dispõe de quadro de pessoal permanente, recorrendo exclusivamente a prestação de serviços em regime de outsourcing.

À excepção da provisão para desmantelamento (Nota 20 do Anexo), não existem quaisquer passivos ambientais.

#### Regulação do Sector

Em 2012, os promotores eólicos e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados na economia portuguesa no sector eólico em regime de produção especial. Em 28 de Fevereiro de 2013, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35/2013, ao abrigo do qual, os produtores

eólicos poderiam efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O Decreto-lei em causa conferiu aos produtores a possibilidade da opção por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (I) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (II) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e, consequentemente, (III) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A Eólica de Montenegro optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante, em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020. O primeiro pagamento foi efectuado em Julho de 2013 – com pagamentos mensais desde então – tendo sido liquidado um total de € 457.736 até 31 de Dezembro de 2016.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho, que estabelece a disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros electroprodutores cuja energia eléctrica seja remunerada por um regime de remuneração garantida, junta-se a Portaria nº 102/2015, de 7 de Abril, que estabelece os procedimentos para injeção de energia adicional e para autorização do sobreequipamento dos centros produtores eólicos. Associado a estes normativos é introduzido o conceito de energia adicional, considerada como a energia ativa que resulta da utilização da potência adicional, correspondendo o valor máximo da potência adicional à diferença entre a potência instalada e a potência de ligação, excluindo-se a energia do sobreequipamento, quando exista. Desta forma, torna-se possível injectar na rede a energia adicional, maximizando-se quer a utilização do vento disponível no local, quer as capacidades existentes de produção de energia eléctrica de fonte eólica. A empresa concluiu no início do ano os procedimentos para injeção de energia adicional, com a alteração da parametrização dos relés limitadores de potência, tendo iniciado a sua produção. No entanto, ainda não existe autorização por parte da DGEG para a sua faturação. O processo encontra-se em análise pelo facto desta Central estar sobreequipada ao abrigo do Decreto-Lei nº 51/2010, estando a ser aplicado um desconto à remuneração global de 1,34%.

Em 3 de Novembro de 2016 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 66/2016, que estabelece um regime fiscal facultativo de reavaliação dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Este normativo visa criar um incentivo à reavaliação dos activos fixos tangíveis afectos ao exercício de actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como das propriedades de investimento e de elementos patrimoniais de natureza tangível afectos a contratos de concessão, impulsionando em paralelo o reforço dos capitais próprios das empresas. A utilização deste regime pressupõe a constituição de uma reserva de reavaliação fiscal correspondente à soma das diferenças entre o valor líquido inicial dos elementos reavaliados e o valor líquido após a reavaliação. O montante desta reserva é sujeito a uma tributação autónoma especial à taxa de 14%, devendo ser liquidada em partes iguais até ao dia 15 de dezembro dos anos de 2016, 2017 e 2018. Como contrapartida, permite-se aos sujeitos passivos abrangidos pelo presente regime a dedução fiscal dos acréscimos de depreciação dos activos objecto de reavaliação, majorados entre 3% e 7%, devendo os mesmos ser detidos por um prazo mínimo de cinco períodos de tributação após a data a que se reporta a reavaliação. A empresa aderiu a este regime, tendo registado em Dezembro uma Conta a Pagar com a Autoridade Tributária no valor de 193.385 Euros, dos quais um terço desse valor (64.462 Euros) foi ainda liquidado em 2016. Associado a esta alteração, a Empresa reconheceu um imposto Diferido Activo de 371.609 Euros. Assim, a Empresa prevê obter uma poupança fiscal líquida de cerca de 178 Milhares de Euros.

#### Demonstração da Posição Financeira

O Activo Fixo Tangível diminuiu 335.897 Euros, tendo resultado da conjugação do reconhecimento da amortização do exercício de 984.312 Euros compensada pelo aumento do imobilizado pela actualização da provisão de desmantelamento por 648.415 Euros.

Relativamente ao Activo Intangível em curso, este aumentou 113.796 Euros em 2016 e diz respeito aos pagamentos das compensações previstas pela adesão ao regime remuneratório alternativo do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de Fevereiro, que iniciaram em Julho de 2013 (valores acumulados em 2016: 457.736 Euros).

O aumento verificado na rubrica Outros Activos Não Correntes deve-se essencialmente ao registo de um Activo por Impostos Diferidos, no montante de 371.609 Euros, na sequência da adesão da Empresa ao regime de reavaliação fiscal dos activos, ao abrigo do Decreto-Lei nº 66/2016 de 3 de Novembro.

Os Activos Correntes diminuíram 480.046 Euros essencialmente por via da diminuição do valor de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Passivo não Corrente diminuiu 827.580 Euros devido essencialmente à redução da dívida financeira em 1.546.989 Euros, conjugada com o aumento do valor das provisões para riscos e encargos em 654.947 Euros, pela actualização dos pressupostos da provisão de desmantelamento e pela dívida de 64.462 Euros à Autoridade Tributária correspondente a um terço do valor a liquidar no âmbito da adesão ao regime do Decreto-Lei n.º 66/2016 da reavaliação dos activos. O financiamento obtido diz respeito ao Suprimento concedido exclusivamente pela EDP Renováveis Portugal à Empresa.

O Passivo Corrente aumentou 195.379 Euros essencialmente pela dívida de 64.462 Euros à Autoridade Tributária relativa a ao pagamento previsto em Dezembro de 2017 no âmbito da adesão ao regime do Decreto-Lei n.º 66/2016 da reavaliação dos activos.

O Capital Próprio registou um aumento de 299.767 Euros reflectindo integralmente o efeito do aumento do Resultado Líquido do Exercício de 2016 no mesmo montante.

	2016		2015		Euros
	Valor	%	Valor	%	Var % (16-15)
ACTIVO	21.728.488	100	22.060.922	100	-1,5%
Activo fixo tangível e intangível	19.435.666	89,4	19.657.767	89,1	-1,1%
Outros activos não correntes	509.377	2,4	139.664	0,6	264,7%
Activos correntes	1.783.445	8,2	2.263.491	10,3	-21,2%
PASSIVO	12.266.489	56,5	12.898.690	58,5	-4,9%
Passivos não correntes	10.289.555	47,4	11.117.135	50,4	-7,4%
Passivos correntes	1.976.934	9,1	1.781.555	8,1	11,0%
CAPITAL PRÓPRIO	9.461.999	43,5	9.162.232	41,5	3,3%

#### Demonstração dos Resultados

Em 2016, a central eólica teve uma performance operacional semelhante à do ano anterior, registando-se um ligeiro aumento das receitas de vendas e serviços de energia de 1,4%.

Embora os Fornecimentos e Serviços Externos tenham aumentado 6,7%, essencialmente devido ao incremento das despesas com conservação e reparação em 9,9%, a rubrica de Outros Custos diminuiu 26,4% devido na sua maioria à redução do Imposto Municipal sobre Imóveis, resultando num EBITDA 1,9% acima do registado em 2015.

Verificou-se ainda o contributo positivo dos Custos financeiros, que reduziram 11,0% em resultado da diminuição dos juros do empréstimo obtido sob a forma de Suprimento concedido pela EDP Renováveis Portugal, por via dos reembolsos efectuados no período.



O resultado líquido do período fixou-se nos 2.434.202 Euros, 14% superior ao registado em 2015. Este aumento decorre também do efeito positivo da adesão ao regime da reavaliação fiscal dos activos, com uma redução do imposto sobre os lucros em 137.011 Euros, para o qual contribuiu a tributação autónoma especial sobre as reavaliações e o respectivo imposto diferido.

Rubricas	Euros		
	2016	2015	Var % (16-15)
Receitas de vendas e serviços de energia e outros	5.450.751	5.373.492	1,4%
Custos com vendas de energia e outros	-3.421	-3.636	-5,9%
Margem Bruta	5.447.330	5.369.856	1,4%
Fornecimentos e serviços externos	-673.166	-631.064	6,7%
Outros custos operacionais	-145.989	-198.244	-26,4%
EBITDA	4.628.175	4.540.548	1,9%
Amortizações e imparidades do exercício	-984.312	-984.312	0,0%
EBIT	3.643.863	3.556.236	2,5%
Proveitos financeiros	701	9.401	-92,5%
Custos financeiros	-676.764	-760.593	-11,0%
Resultado antes de impostos	2.967.800	2.805.044	5,8%
Impostos sobre lucros	-533.598	-670.609	-20,4%
Resultado líquido do período	2.434.202	2.134.435	14,0%

#### ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

A Eólica de Montenegro não tinha dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social no final do presente exercício.

#### PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

O risco na actividade de produção de energia eólica resulta essencialmente do risco de recurso eólico e do risco de disponibilidade das centrais eólicas, estando este último devidamente coberto por seguros.

Não é expectável que existam, neste tipo de actividade, riscos e incertezas relevantes associados à tarifa, tendo em consideração que a Empresa beneficia do regime tarifário que garante a sua estabilização durante um período de 15 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33 A/2005 de 16 de Fevereiro) acrescido de um período de 7 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2013). No entanto, por se tratar de uma actividade totalmente regulada, considera-se que a Empresa está exposta ao risco de alteração de políticas governamentais.

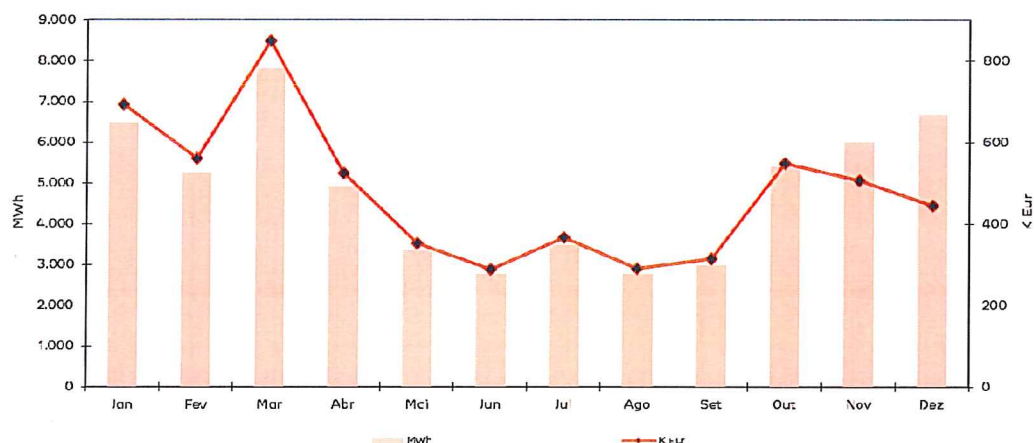
Importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2016 não existiam quaisquer riscos relacionados com o licenciamento da central eólica desta sociedade, encontrando-se em pleno funcionamento.

Apesar do activo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efectivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo EDP tendo, por esse meio, suporte dos seus accionistas e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.



## PERSPECTIVAS PARA 2017

Estima-se que a Central Eólica de Negrelo e Guilhado registre uma produção total de 57.922 MWh em 2017, correspondente a uma facturação total de aproximadamente 5.742 Milhares de Euros e a uma tarifa média de 99,14 Euros/MWh. A evolução do gráfico mostra que a partir de Novembro há uma descida da tarifa média, que corresponde ao mês em que a Central ultrapassa o patamar das 2.000 horas, repercutindo-se numa remuneração mais baixa da parcela ambiental, isto é, a majoração ambiental (coeficiente Z) diminui a partir do excedente das 2.000 horas de produção.



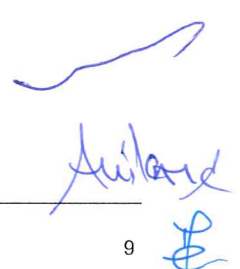
No âmbito do Decreto-Lei n.º 94/2014 de 24 de Junho e da Portaria nº 102/2015 de 7 de Abril, a Eólica de Montenegro solicitou autorização à DGEG para injeção de energia adicional no parque eólico de Negrelo e Guilhado, estando o processo de autorização a decorrer, conforme mencionado anteriormente. A expectativa é que a DGEG emita em 2017 o despacho de autorização da facturação da energia adicional.

A Eólica de Montenegro não tem perspectivas para 2017 de efectuar quaisquer reforços de potência, investimentos ou renovações de contratos.

Na sequência da actualização dos estudos técnicos realizados em 2016 e da mudança da perspectiva da Gestão, a Empresa procedeu à revisão da sua estimativa para a vida útil dos seus activos de geração eólica aumentando a mesma de 25 para 30 anos, de modo prospectivo em Dezembro de 2016. Os resultados da sociedade irão sofrer alterações no que respeita às depreciações do exercício em 2017.

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Adicionalmente, importa ainda referir que após o fecho do exercício não foram identificados quaisquer factos relevantes que possam ter impacto significativo na sociedade e que requeiram divulgação.



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício no montante de € 2.434.201,89 seja aplicado da seguinte forma:

Dividendos: € 2.434.201,89

Vila Pouca de Aguiar, 27 de Fevereiro de 2017

O Conselho de Administração



António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

(Vogal)



António Alberto Pires Aguiar Machado

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

N.º5 do Art.º 447º, do Código das Sociedades Comerciais

Títulos que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade detêm da EDP – Energias de Portugal, S. A., holding do Grupo EDP e da EDP Renováveis, S.A., Empresa igualmente do mesmo Grupo, no qual se integra a Eólica de Montenegro, S.A.:

Acções da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração (1)	Nº acções 31-12-2015	Aquisição		Venda		Nº acções 31-12-2016
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	5.000	2,927 €	5.000	3,025 €	5.000
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	-	5.000	2,701 €	-	-	-
António Alberto Pires Aguiar Machado	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	1.558	3,000 €	1.558	3,213 €	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

Acções da EDP Renováveis, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração (1)	Nº acções 31-12-2015	Aquisição		Venda		Nº acções 31-12-2016
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	-	-	-	-	-
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	-	-	-	-	-	-
António Alberto Pires Aguiar Machado	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	-	-	-	-	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

Obrigações da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração (1)	Nº obrigações 31-12-2015	Aquisição		Venda		Nº obrigações 31-12-2016
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	-	-	-	-	-
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	-	-	-	-	-	-
António Alberto Pires Aguiar Machado	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	-	-	-	-	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

(1) Verificou-se a cessação de funções em 31 de Março de 2016, da Vogal Sara Veiga de Macedo, tendo sido designado para o novo mandato 2016/2018, o Vogal Hugo Costa.

N.º4 do Art.º 448º, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2016, eram titulares do capital da Eólica de Montenegro, S.A.:

EDP Renováveis Portugal, S.A., com sede na Rua Ofélia Diogo Costa, 115º, 6º, 4149-022 Porto: titular de acções representativas de 50,1% do capital social;

Município de Boticas, com sede na Praça do Município, Boticas, Município de Chaves, com sede na Praça de Camões, Chaves, Município de Montalegre, com sede na Praça do Município, n.º1, Montalegre, Município de Ribeira de Pena, com sede na Praça do Município, Ribeira de Pena, Município de Valpaços, com sede no Largo do Jardim, Valpaços e Município de Vila Pouca de Aguiar, com sede na Rua Dr. Henrique Botelho, Vila Pouca de Aguiar contitulares de acções representativas de 49,9% do capital social.

Por acordo celebrado em 19 de Novembro de 2013, a EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. procedeu à transmissão gratuita em regime de co-titularidade, de um sexto de cada uma das acções representativas de 49,9% do capital social que detinha na Eólica de Montenegro, S.A. para os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Esta alienação foi efectuada com todos os direitos e obrigações inerentes às acções transmitidas, incluindo o direito às prestações suplementares existentes na sociedade.

Art.º 397º, do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Eólica de Montenegro não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por sua conta, não prestou garantias a obrigações por si contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remuneração.

Art.º 66º, alínea d) e Art. 325º - A, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2016 a Eólica de Montenegro não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2016, a Eólica de Montenegro não era detentora de acções próprias.

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores:

Nos termos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º e o artigo 397º, do código das sociedades comerciais, não se registaram em 2016 autorizações a membros do Conselho de Administração da Eólica de Montenegro para a realização de negócios com a sociedade.



## CADERNO FINANCEIRO

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração dos Resultados  
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016 (Euros)	2015 (Euros)
Receitas de vendas e serviços de energia e outros	5	5 450 751	5 373 492
Custo com vendas de energia e outros	5	- 3 421	- 3 636
		<u>5 447 330</u>	<u>5 369 856</u>
Fornecimentos e serviços externos	6	- 673 166	- 631 064
Outros custos	7	- 145 989	- 198 244
		<u>- 819 155</u>	<u>- 829 308</u>
		4 628 175	4 540 548
Amortizações e imparidades	8	- 984 312	- 984 312
		<u>3 643 863</u>	<u>3 556 236</u>
Proveitos financeiros	9	701	9 401
Custos financeiros	9	- 676 764	- 760 593
Resultado antes de impostos		<u>2 967 800</u>	<u>2 805 044</u>
Impostos sobre lucros	10	- 533 598	- 670 609
<b>Resultado líquido do período</b>		<u>2 434 202</u>	<u>2 134 435</u>
<b>Resultado por acção (Básico) - euros</b>	17	<u>48,68</u>	<u>42,69</u>

VILA POUCA DE AGUIAR, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 2017*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*

*Aurora Castro Almeida*

*António António*

*Alcino*

*Fernando*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração do rendimento integral  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Euros	2016	2015
Resultado líquido do período	2 434 202	2 134 435
Outro rendimento integral do período (líquido de efeito fiscal)	-	-
Total do rendimento integral do período	<u>2 434 202</u>	<u>2 134 435</u>

VILA POUCA DE AGUIAR, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 2018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*

*António Castro Almeida*

*António Castro Almeida*

*Alice*

*Fernando*

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração da Posição Financeira  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016 (Euros)	2015 (Euros)
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	11	18 977 930	19 313 827
Activos intangíveis	12	457 736	343 940
Activos por impostos diferidos	13	396 671	20 579
Devedores e outros activos de actividades comerciais	14	112 706	119 085
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>		<b>19 945 043</b>	<b>19 797 431</b>
Devedores e outros activos de actividades comerciais	14	506 676	436 906
Impostos a receber	15	-	26 313
Caixa e equivalentes de caixa	16	1 276 769	1 800 272
<b>Total dos Activos Correntes</b>		<b>1 783 445</b>	<b>2 263 491</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>21 728 488</b>	<b>22 060 922</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	17	50 000	50 000
Prestações suplementares	17	2 348 619	2 348 619
Reservas e resultados acumulados	18	4 629 178	4 629 178
Resultado líquido do período		2 434 202	2 134 435
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>9 461 999</b>	<b>9 162 232</b>
<b>Passivo</b>			
Dívida financeira	19	9 281 934	10 828 923
Provisões para riscos e encargos	20	943 159	288 212
Impostos a pagar	22	64 462	-
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>10 289 555</b>	<b>11 117 135</b>
Dívida financeira	19	1 550 295	1 550 767
Credores e outros passivos de actividades comerciais	21	111 096	156 619
Impostos a pagar	22	315 543	74 169
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>1 976 934</b>	<b>1 781 555</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>12 266 489</b>	<b>12 898 690</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>		<b>21 728 488</b>	<b>22 060 922</b>

VILA POUCA DE AGUIAR, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice Joyce*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Assinatura]*  
*Aurora Castro Almeida*  
*António Mota*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Euros

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prestações Suplementares	Reserva Legal	Reservas e resultados acumulados
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	9 276 223	50 000	2 348 619	72 124	6 805 480
Rendimento integral:					
Resultado líquido do período	2 134 435	-	-	-	2 134 435
Rendimento integral total do período	2 134 435	-	-	-	2 134 435
Pagamento de dividendos	-2 248 426	-	-	-	-2 248 426
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	9 162 232	50 000	2 348 619	72 124	6 691 489
Rendimento integral:					
Resultado líquido do período	2 434 202	-	-	-	2 434 202
Rendimento integral total do período	2 434 202	-	-	-	2 434 202
Pagamento de dividendos	-2 134 435	-	-	-	-2 134 435
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	9 461 999	50 000	2 348 619	72 124	6 991 256

VILA POUCA DE AGUIAR, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 2018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*  
*Juliana Castro Almeida*

*[Signature]*  
*Arturo Ant. Lira*

*[Signature]*  
*[Signature]*

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016 (Euros)	2015 (Euros)
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	5 404 009	5 383 606
Pagamentos a fornecedores	- 701 390	- 1 111 522
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	- 96 866	- 119 706
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>4 605 753</b>	<b>4 152 378</b>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	- 632 784	- 632 624
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<b>3 972 969</b>	<b>3 519 754</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Recebimentos:		
Juros e proveitos similares	1 127	9 010
	<b>1 127</b>	<b>9 010</b>
Pagamentos:		
Activos fixos tangíveis	- 31 675	-
Activos intangíveis	- 113 796	- 114 434
	<b>- 145 471</b>	<b>- 114 434</b>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<b>- 144 344</b>	<b>- 105 424</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Pagamentos:		
Empréstimos obtidos	- 1 546 989	- 1 546 989
Juros e custos similares	- 670 704	- 754 676
Dividendos pagos	- 2 134 435	- 2 248 426
	<b>- 4 352 128</b>	<b>- 4 550 091</b>
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>- 4 352 128</b>	<b>- 4 550 091</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>- 523 503</b>	<b>- 1 135 761</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 800 272	2 936 033
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)</b>	<b>1 276 769</b>	<b>1 800 272</b>

(\*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 16 às Demonstrações Financeiras

VILA POUCA DE AGUIAR, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
N.º 17.495

*Alice 2018*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Signature]*  
*António Carlos Almeida*  
*António Almeida*  
*Alice*  
*Paqueta*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

## EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

### 1. Actividade da Empresa

A Eólica de Montenegro, S.A. (adiante designada de Empresa) foi constituída por escritura pública celebrada em 17 de Julho de 2007 e tem a sua sede social em Vila Pouca de Aguiar.

A Empresa tem por objecto a realização e desenvolvimento de projectos de aproveitamentos de energia eólica, nomeadamente com a construção/instalação e exploração de Parques Eólicos.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP Renováveis Portugal, S.A., com sede na Rua Ofélia Diogo da Costa, nº 115 - 6º andar no Porto e pela EDP Energias de Portugal, S.A., com sede na Avenida 24 de Julho, nº 12 em Lisboa, empresa mãe do Grupo EDP.

O seu capital social é de 50.000 euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado pelas suas accionistas, EDP Renováveis Portugal, S.A. (50,1%), Municípios de Botlicas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar contitulares de 49,9%.

#### Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e o Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A 28 de Fevereiro de 2013 o Governo Português publicou o Decreto Lei 35/2013 que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.600€/MW de 2013 a 2020.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 euros/MWh, enquanto que a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

Em 7 de Abril de 2015 foi publicada a Portaria 102/2015, a qual estabelece os procedimentos para a colocação adicional de energia e para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores eólicos nos termos definidos anteriormente pelo Decreto-Lei nº 94/2014 de 24 de Junho.

As principais medidas introduzidas por esta legislação são: (i) a energia produzida pelos sobre-equipamentos (aumento do número de aerogeradores em parques já existentes) é remunerada a uma tarifa fixa de 60 euros/MWh; (ii) a energia correspondente à diferença entre os MW de capacidade instalada e os MW efectivamente injectados na rede são remunerados à tarifa de 60 euros/MWh; e (iii) reconhecimento do sobre-equipamento como um centro electroprodutor independente.

Foi publicada a 13 de Outubro de 2016, em Diário da República, a Portaria n.º 268-B/2016, dirigida aos centros electroprodutores do regime especial que, para além da tarifa garantida (feed-in-tariff), receberam apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento de energias renováveis no passado. Este normativo estabelece que estes centros electroprodutores devem devolver ao Sistema Eléctrico Nacional (SEN) os valores recebidos a fundo perdido, sendo esta devolução efectuada através da dedução do valor da venda de energia a pagar aos centros electroprodutores pelo comercializador de último recurso (CUR).

A Lei 42/2016 de 28 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, veio clarificar esta com a publicação da Portaria 69/2017.

### 2. Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa, agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 27 de Fevereiro de 2017 e são expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, as demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (EU). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Empresa para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptados pela U.E. até 31 de Dezembro de 2016.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a empresa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).





EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2015.

Alteração na linha apresentada na Demonstração da Posição Financeira

Para o período contabilístico com início a 1 de Janeiro de 2016, a Empresa incluiu em "Devedores e outros activos de actividades comerciais" a anterior linha de "Clientes".

Para efeitos de comparabilidade, a Empresa efectuou as devidas alterações no período homólogo apresentado.

**b) Passivos financeiros**

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

**c) Instrumentos de capital**

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

**d) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2009, a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor de aquisição determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custo com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Equipamento básico	30

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas depreciações do período, são contabilizadas de forma prospectiva.

No final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos seus activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 3).

Os activos de ligação à rede constituem parte dos activos fixos tangíveis, com vida útil igual aos activos de geração a que estão associados, na medida em que os mesmos constituem um custo directamente atribuído para colocar o activo de produção na localização e condições necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporados no custo dos activos.

**e) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.





EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Pagamentos por extensão do período tarifário de acordo com o Decreto-Lei 35/2013

Os pagamentos efectuados por conta da adesão ao Decreto-Lei 35/2013 são contabilizados como activo intangível em curso a ser amortizado com base no método das quotas constantes pelo período de 7 anos a partir da data em que cesse o período regulatório máximo de 15 anos aplicável a cada parque.

**f) Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

**g) Provisões**

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal ou contratual ou construtiva no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas, com base numa estimativa do valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses activos.

Os pressupostos utilizados para o cálculo das provisões são definidos tendo por base os materiais das respectivas torres, as estimativas relativamente ao custo de desmantelamento por MW, valor residual por MW, vida útil remanescente das centrais eólicas e com base nas taxas de desconto que reflectem o risco específico desta responsabilidade.

Torres de betão

Custo médio por MW (Euros)	33.954
Valor residual do equipamento por MW (Euros)	19.787
Taxa de desconto	[0,812% - 0,888%]
Taxa de Inflação	1,861%

Considerando que, no final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) de 25 para 30 anos (ver notas 2.d. e 3), o número de anos de capitalização da provisão para desmantelamento e descomissionamento foi alterado para 30 anos com efeitos em Dezembro de 2016.

Os pressupostos utilizados em 2015 para o cálculo das provisões eram os seguintes:

Custo médio por MW (Euros)	14.000
Valor residual do equipamento por MW (Euros)	41.000
Taxa de desconto	[1,90% - 2,50%]
Taxa de Inflação	[1,75% - 1,85%]

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

**h) Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de energia eólica mensurados ao justo valor da energia a receber líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito relativo às vendas de energia eólica é reconhecido no período em que a electricidade é gerada e transferida para a EDP Serviço Universal, S.A. nos termos definidos na lei, mensalmente e baseada em contagens reais de consumo.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

**i) Resultados financeiros**

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e os juros recebidos de aplicações efectuadas.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

#### j) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

#### k) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Empresa, se aplicável.

#### l) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa.

#### m) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros recebidos como actividades de investimento.

### 3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

#### Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

A Empresa revê anualmente a razoabilidade da vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

No final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição da vida útil das centrais eólicas de 25 para 30 anos (ver nota 2.d). A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi feita com base em estudos técnicos internos e de uma entidade independente.

Na sequência da alteração da vida útil de 25 para 30 anos dos activos de geração eólica, a Empresa estima um impacto negativo nas amortizações do período de 2017 de aproximadamente 184 mil euros.

#### Impostos sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de imposto sobre os lucros em Portugal. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

## EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de doze anos para período de tributação iniciados a partir de 2014 e de cinco anos para períodos de 2012 e 2013. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. A Empresa constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

O departamento técnico do Grupo EDPR realizou uma análise técnica detalhada tendo em conta a realidade do portfólio de activos da EDPR. Esta análise permitiu concluir que o custo médio do desmantelamento por megawatt e o valor residual dos activos de geração de energia eólica teriam que ser actualizados, com efeitos a Dezembro de 2016 (ver nota 2.g). Adicionalmente, em consequência da revisão da vida útil dos activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 2.d), o número de anos até ao desmantelamento dos activos, foi alterado para 30 anos com efeitos Dezembro de 2016.

O uso de diferentes pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos pode ter produzido resultados diferentes dos que foram considerados.

#### **4. Políticas de gestão do risco financeiro**

##### Gestão do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro da Empresa é gerido centralmente pelas Direcções de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP.

A política de gestão do risco tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da Empresa ao risco de taxa de juro resulta exclusivamente dos financiamentos obtidos junto dos seus accionistas.

##### Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na Direcções de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades da Empresa. A Empresa como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pelos seus accionistas.

##### Gestão do risco de crédito de contraparte

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 a exposição da Eólica de Montenegro, S.A. a risco de crédito de contraparte, respeita essencialmente ao valor das receitas com vendas de energia, cuja contraparte é a EDP Serviço Universal, S.A., pelo que o risco de crédito é considerado como não significativo.

A Empresa considera que o valor que melhor representa a sua exposição ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber dos devedores e outros activos de actividades comerciais e outros devedores líquido de perdas por imparidade registadas, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2016, a exposição máxima ao risco de crédito de devedores e outros activos de actividades comerciais encontra-se detalhado na nota 14.

#### **5. Receitas de vendas e serviços de energia e outros**

A análise da rubrica de **Receitas de vendas e serviços de energia e outros**, por sector de actividade, é a seguinte:

##### **Receitas de vendas e serviços de energia e outros:** Energia eléctrica e acessos (nota 24)

##### **Custo com vendas de energia e outros:** Custos com electricidade (nota 24)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
5 450 751	5 373 492
<u>5 450 751</u>	<u>5 373 492</u>
Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
3 421	3 636
<u>3 421</u>	<u>3 636</u>



EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

**6. Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Rendas e alugueres	73 822	73 561
Seguros	33 629	35 268
Conservação e reparação i)	528 149	480 566
Trabalhos especializados:		
- Outros serviços especializados	19 523	22 421
Outros fornecimentos e serviços	18 043	19 248
	<u>673 166</u>	<u>631 064</u>

i) Os montantes registados na rubrica de Conservação e reparação estão relacionados com os custos de operação e manutenção da central eólica.

**7. Outros custos**

A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Rendas de centros electroprodutores i)	136 269	134 337
Impostos directos e indirectos ii)	9 720	62 642
Outros	-	1 265
	<u>145 989</u>	<u>198 244</u>

i) A rubrica de Rendas de centros electroprodutores compreende os montantes pagos aos municípios onde a central eólica se encontra instalada, pela concessão da produção de energia eólica. Estes pagamentos correspondem, em geral a 2,5% das vendas de energia eléctrica.

ii) O valor apresentado na rubrica de Impostos directos e indirectos refere-se essencialmente ao valor do IML.

**8. Amortizações e imparidades**

A rubrica de **Amortizações e Imparidades** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Amortizações de activos fixos tangíveis:</b>		
Equipamento básico:		
Produção eólica (nota 11)	984 312	984 312
	<u>984 312</u>	<u>984 312</u>

**9. Proveitos e custos financeiros**

A rubrica de **Proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Outros juros obtidos i)	701	9 401
	<u>701</u>	<u>9 401</u>
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros de empréstimos (nota 24)	669 312	753 611
Outros juros suportados	288	130
Serviços bancários	632	463
"Unwinding" - Provisões para desmantelamento (nota 20)	6 532	6 389
	<u>676 764</u>	<u>760 593</u>
Resultados financeiros	<u>- 676 063</u>	<u>- 751 192</u>

i) Os juros obtidos respeitam a juros de aplicações de tesouraria (nota 16).



EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

10. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, em termos gerais o imposto sobre os lucros de um período está sujeito à revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período subsequente de 4 anos. Os prejuízos fiscais apurados num determinado período estão também sujeitos a revisão e correcção e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis nos anos seguintes nos seguintes termos: nos 5 anos seguintes para prejuízos fiscais apurados em 2012 e 2013, nos 12 anos seguintes para prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação.

Contudo, a dedução de prejuízos fiscais apurados está limitada a 70% do lucro tributável do período.

A política de preços de transferência tem em consideração as regras, as orientações e as melhores práticas no estrito cumprimento da letra e do espírito da lei.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

**Provisão para impostos sobre lucros:**

Imposto corrente do período  
Imposto corrente de períodos anteriores  
Imposto diferido (nota 13)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
- 909 657	- 675 055
- 33	-
376 092	4 446
<u>- 533 598</u>	<u>- 670 609</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2016 e 2015, é analisada como segue:

	Dez 2016			Dez 2015		
	Taxa %	Base Fiscal Euro	Imposto Euro	Taxa %	Base Fiscal Euro	Imposto Euro
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	25,5%	2 967 800	756 789	22,5%	2 805 044	631 135
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto do período anterior	0,0%	129	33	0,0%	-	-
Efeito da aplicação da derrama estadual	-1,5%	- 176 467	- 44 999	1,4%	176 516	39 716
Efeito da reavaliação fiscal de activos	-6,0%	- 698 922	- 178 225	0,0%	-	-
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,0%	-	-	0,0%	- 1 076	- 242
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<u>18,0%</u>	<u>2 092 540</u>	<u>533 598</u>	<u>23,9%</u>	<u>2 980 484</u>	<u>670 609</u>

A Lei nº 82 B/2014 de 31 de Dezembro (Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2015), reduziu a taxa de IRC de 23% para 21% com efeitos a 1 de Janeiro de 2015, à qual acresce a derrama municipal e estadual.

A derrama estadual é apurada como segue: (i) sobre a parcela de lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros, à taxa de 3%; (ii) sobre a parcela de lucro tributável superior a 7,5 milhões de euros até 35 milhões de euros, à taxa de 5%, e (iii) sobre a parcela de lucro tributável superior a 35 milhões de euros incide a taxa de 7%.

Em 2016 o Governo concedeu uma autorização legislativa com vista à introdução de um regime facultativo de reavaliação para efeitos fiscais, dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento, que veio a efectivar-se com a publicação do Decreto Lei 66/2016 em 3 de Novembro de 2016. Este decreto permitiu aos sujeitos passivos de IRC ou IRS com contabilidade organizada reavaliar o seu activo fixo afecto ao exercício de uma actividade comercial ou industrial que cumprisse determinados pressupostos. A reavaliação foi efectuada por aplicação, ao custo de aquisição ou equivalente, dos coeficientes de desvalorização monetária estabelecidos pela Portaria n.º 400/2015, de 6 de Novembro, tendo como limite o valor de mercado de cada elemento.

A opção por este regime estabelecido no referido Decreto Lei, implica uma tributação autónoma especial equivalente a 14% do valor da reserva de reavaliação sem possibilidade de qualquer dedução.

A tributação autónoma especial terá de ser liquidada pelo sujeito passivo em declaração de modelo oficial, em 3 partes iguais, em Dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

A rubrica Efeito da reavaliação fiscal de activos inclui essencialmente o efeito líquido da reavaliação fiscal de activos, nos termos do Decreto Lei nº 66/2016, de 3 de Novembro, o que levou a um aumento na sua base fiscal de 1.381.319 euros. Em consequência a Empresa reconheceu activos por impostos diferidos de 371.609 euros (nota 13) que serão recuperados pela dedução fiscal da reserva de reavaliação inerente aos activos reavaliados a amortizar em 8 anos a partir de 2018. A reserva de reavaliação fiscal foi tributada em 2016 a uma taxa de 14% (o montante apurado será liquidado em três prestações iguais, em 2016, 2017 e 2018) e reconhecido o correspondente imposto corrente no montante total de 193.385 euros. Consequentemente o efeito líquido desta reavaliação no resultado do período é de aproximadamente de 178 mil euros.

**11. Activos fixos tangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Valor bruto:</b>		
Equipamento básico:		
Produção eólica	26 670 602	26 022 187
	<u>26 670 602</u>	<u>26 022 187</u>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>		
Amortizações do período	- 984 312	- 984 312
Amortizações e imparidades acumuladas de períodos anteriores	-6 708 360	-5 724 048
	<u>-7 692 672</u>	<u>-6 708 360</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>18 977 930</u>	<u>19 313 827</u>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2016, para a empresa, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Provisão para desmantela mento Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>							
Produção eólica	26 022 187	-	-	-	-	648 415	26 670 602
	<u>26 022 187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>648 415</u>	<u>26 670 602</u>

O aumento da provisão para desmantelamento é resultante do impacto da alteração dos pressupostos de cálculo do custo de desmantelamento (ver notas 3 e 20).

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Amortização Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Produção eólica	-6 708 360	- 984 312	-	-	-	-7 692 672
	<u>-6 708 360</u>	<u>- 984 312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-7 692 672</u>

Tal como explicado na nota 3, a Empresa procedeu à redefinição da vida útil das centrais eólicas de 25 para 30 anos. Como esta decisão foi tomada em meados de Dezembro não teve impacto nas amortizações do período.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2015, para a empresa, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Provisão para desmantela mento Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>							
Produção eólica	26 022 187	-	-	-	-	-	26 022 187
	<u>26 022 187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 022 187</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Produção eólica	-5 724 048	- 984 312	-	-	-	-6 708 360	
	<u>-5 724 048</u>	<u>- 984 312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-6 708 360</u>	

**12. Activos intangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Valor bruto:</b>		
Activos intangíveis em curso	457 736	343 940
	<u>457 736</u>	<u>343 940</u>

A rubrica Activos Intangíveis em curso respeita aos pagamentos efectuados no âmbito da opção de estender o período tarifário, de acordo com o Decreto-Lei 35/2013, de 28 de Fevereiro, os quais são contabilizados como activos intangíveis em curso durante o período de pagamento (2013-2020). Esses activos serão amortizados durante um período de 7 anos, a partir de 2021, o que corresponde ao período em que os benefícios económicos associados a esses pagamentos fluirão para a empresa.

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>				
Activos intangíveis em curso	343 940	113 796	-	457 736
	<u>343 940</u>	<u>113 796</u>	<u>-</u>	<u>457 736</u>

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
<b>Valor bruto:</b>				
Activos intangíveis em curso	229 506	114 434	-	343 940
	<u>229 506</u>	<u>114 434</u>	<u>-</u>	<u>343 940</u>

### 13. Impostos diferidos activos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo Líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Provisões	25 062	20 579	-	-	25 062	20 579
Reavaliação fiscal de activos (nota 10)	371 609	-	-	-	371 609	-
	<u>396 671</u>	<u>20 579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>396 671</u>	<u>20 579</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de 2016 e 2015, são os seguintes:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	20 579	16 133
Dotação a resultados (nota 10)	376 092	4 446
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<u>396 671</u>	<u>20 579</u>

O aumento do imposto diferido activo deve-se essencialmente ao facto da empresa ter procedido à reavaliação fiscal dos seus activos tangíveis de acordo com o Decreto Lei 66/2016 (371.609 euros).

### 14. Devedores e outros activos de actividades comerciais

A rubrica de **Devedores e outros activos de actividades comerciais** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não corrente:</b>		
Custos diferidos - Rendas de terrenos i)	112 706	119 085
	<u>112 706</u>	<u>119 085</u>
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Clientes ii)	367 830	310 338
Devedores por outros bens e serviços	-	426
Custos diferidos - Rendas de terrenos i)	124 703	112 157
Custos diferidos - Seguros	14 143	13 985
	<u>506 676</u>	<u>436 906</u>
	<u>619 382</u>	<u>555 991</u>

i) A rubrica de Custos diferidos - Rendas de terrenos refere-se as rendas de terrenos onde se encontram instaladas as centrais eólicas.

ii) A rubrica de Clientes é composta na sua totalidade pelas vendas de energia ao comercializador de último recurso (EDP Serviço Universal, S.A.) referentes ao mês de Dezembro (nota 24).

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

**15. Impostos a receber**

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Imposto sobre o rendimento i)	-	26 313
	-	26 313

i) Em 2015, o montante apresentado na rubrica de Imposto sobre o rendimento devia-se ao facto dos pagamentos por conta ocorridos em 2015 terem sido superiores à estimativa de imposto corrente do período.

**16. Caixa e equivalentes de caixa**

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem	1 276 769	700 272
Depósitos a prazo	-	1 100 000
	1 276 769	1 800 272

**17. Capital social e Prestações suplementares**

O capital social da Eólica de Montenegro, S.A. no início e no fim dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 50.000 euros (50.000 acções com valor nominal de 1 euro). Actualmente, o seu capital social é detido pelas seguintes entidades e nas correspondentes percentagens:

	Dez 2016	Dez 2015
EDP Renováveis Portugal, S.A.	50,1%	50,1%
Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada)	49,9%	49,9%

As rubricas de **Capital social e Prestações suplementares** são analisadas como segue:

	Capital social	Prestações suplementares
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	50 000	2 348 619
Movimentos do período	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	50 000	2 348 619

A rubrica de **Prestações suplementares** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
EDP Renováveis Portugal, S.A.	1 176 658	1 176 658
Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada)	1 171 961	1 171 961
	2 348 619	2 348 619

Os resultados por acção são analisados como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Resultado líquido em euros	2 434 202	2 134 435
Nº médio de acções durante o período	50 000	50 000
Resultado por acção - Básico em euros	48,68	42,69



EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

**18. Reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Reserva legal	72 124	72 124
Outras reservas e resultados acumulados	4 557 054	4 557 054
	<u>4 629 178</u>	<u>4 629 178</u>

*Reserva legal*

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

*Outras reservas e resultados acumulados*

O resultado do período de 2015, no montante de 2.134.435 euros, foi integralmente distribuído aos accionistas sob a forma de dividendos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, aprovada na Acta nº 15, de 31 de Março de 2016.

**19. Dívida financeira**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Empréstimos - Não corrente:</b>		
Suprimentos contraídos (nota 24)	9 281 934	10 828 923
	<u>9 281 934</u>	<u>10 828 923</u>
<b>Empréstimos - Corrente:</b>		
Suprimentos contraídos (nota 24)	1 546 989	1 546 989
Juros a pagar suprimentos (nota 24)	3 306	3 778
	<u>1 550 295</u>	<u>1 550 767</u>
	<u>10 832 229</u>	<u>12 379 690</u>

A dívida, por maturidade é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Dívida financeira</b>		
Até 1 ano	1 550 295	1 550 767
De 1 ano a 5 anos	6 187 956	6 187 956
A mais de 5 anos	3 093 978	4 640 967
	<u>10 832 229</u>	<u>12 379 690</u>

O justo valor da dívida da Eólica de Montenegro, S.A. é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro		Dez 2015 Euro	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
<b>Dívida financeira:</b>				
Corrente	1 550 295	1 519 688	1 550 767	2 174 012
Não corrente	9 281 934	10 413 318	10 828 923	11 454 429
	<u>10 832 229</u>	<u>11 933 006</u>	<u>12 379 690</u>	<u>13 628 441</u>

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data da demonstração da posição financeira, adicionados da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida financeira da Empresa.

À data de 31 de Dezembro de 2016, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

	2017 Euro	2018 Euro	2019 Euro	2020 Euro	2021 Euro	Anos seguintes Euro	Total Euro
Dívida financeira - Corrente	1 550 295	-	-	-	-	-	1 550 295
Dívida financeira - Não corrente	-	1 546 989	1 546 989	1 546 989	1 546 989	3 093 978	9 281 934
	<u>1 550 295</u>	<u>1 546 989</u>	<u>1 546 989</u>	<u>1 546 989</u>	<u>1 546 989</u>	<u>3 093 978</u>	<u>10 832 229</u>

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Os suprimentos contraídos, corrente e não corrente, têm as seguintes condições e prazos:

	Em dívida Euro	Início	Fim (Previsão)	Tipo de Taxa	Taxa
EDP Renováveis Portugal, S.A.	10 828 923	01-02-2008	30-12-2023	Mid Swaps 10A + 0,80% (Fixa)	5,4950%
	<u>10 828 923</u>				

## 20. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Provisão para desmantelamento	943 159	288 212
	<u>943 159</u>	<u>288 212</u>

O movimento da Provisão para desmantelamento é analisado como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	288 212	281 823
"Unwinding" - Provisão para desmantelamento (nota 9)	6 532	6 389
Dotação do período (nota 11) i)	648 415	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<u>943 159</u>	<u>288 212</u>

i) O aumento do valor da provisão para desmantelamento deve-se à alteração dos pressupostos do cálculo desta provisão (ver nota 3).

## 21. Credores e outros passivos de actividades comerciais

A rubrica de **Credores e outros passivos de actividades comerciais** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Fornecedores	107 549	110 153
Fornecedores de imobilizado	-	31 675
Custos especializados com fornecimento	1 760	-
Credores - Empresas do Grupo (nota 24)	1 787	1 419
Outros credores e operações diversas	-	13 372
	<u>111 096</u>	<u>156 619</u>

## 22. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
<b>Impostos a pagar - Não corrente:</b>		
Tributação autónoma sobre reavaliações i)	64 462	-
	<u>64 462</u>	<u>-</u>
<b>Impostos a pagar - Corrente:</b>		
Imposto sobre o rendimento	121 670	-
Tributação autónoma sobre reavaliações i)	64 461	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	129 412	74 169
	<u>315 543</u>	<u>74 169</u>
	<u>380 005</u>	<u>74 169</u>

i) O valor da rubrica Tributação autónoma sobre reavaliações diz respeito ao valor a pagar em 2017 e 2018, resultante da reavaliação fiscal de activos de acordo com o Decreto Lei 66/2016 de 3 de Novembro.

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

**23. Compromissos**

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existem garantias prestadas por terceiros à Empresa, nem garantias prestadas pela empresa a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as restantes obrigações de compra (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Dez 2016			
		Capital em dívida no período			
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Obrigações de compra	7 086 509	627 965	1 535 563	1 507 827	3 415 154
	<u>7 086 509</u>	<u>627 965</u>	<u>1 535 563</u>	<u>1 507 827</u>	<u>3 415 154</u>
		Dez 2015			
		Capital em dívida no período			
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Obrigações de compra	7 807 767	635 624	1 497 274	1 578 921	4 095 948
	<u>7 807 767</u>	<u>635 624</u>	<u>1 497 274</u>	<u>1 578 921</u>	<u>4 095 948</u>

As obrigações de compra respeitam essencialmente a contratos de operação e manutenção e arrendamento de terrenos. A 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica inclui ainda os pagamentos futuros devidos pela adesão ao esquema de remuneração prevista no Decreto Lei 35/2013 no montante de 457.504 euros (31 de Dezembro de 2015: 577.680 euros).

**24. Partes relacionadas**

Remuneração do Órgãos Sociais

A rubrica de Remuneração dos Órgãos Sociais é analisada como segue:

	Dez 2016	Dez 2015
	Euro	Euro
Fiscal Único / ROC	7 256	7 481
	<u>7 256</u>	<u>7 481</u>

Os órgãos do Conselho de Administração não são remunerados.

Os custos com revisão legal de contas encontram-se registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos (nota 6).

No desenvolvimento normal da sua actividade, a Eólica de Montenegro celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Empresa. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância e fazem parte da actividade corrente da Empresa.

Saldos e transacções com Empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

	Out. Créditos Detidos	Total
	Euro	Euro
<b>Empresas</b>		
EDP Serviço Universal, S.A.	367 830	367 830
	<u>367 830</u>	<u>367 830</u>

Os créditos detidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2015, são analisados como segue:

	Out. Créditos Detidos	Total
	Euro	Euro
<b>Empresas</b>		
EDP Serviço Universal, S.A.	310 338	310 338
	<u>310 338</u>	<u>310 338</u>

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Os débitos detidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

**Empresas**

EDP Distribuição - Energia, S.A.  
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.  
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.  
EDP Renováveis Portugal, S.A.

Empréstimos Obtidos Euro	Out. débitos Detidos Euro	Total Euro
-	715	715
-	645	645
-	427	427
10 832 229	-	10 832 229
10 832 229	1 787	10 834 016

Os débitos detidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2015, são analisados como segue:

**Empresas**

EDP - Energias de Portugal, S.A.  
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.  
EDP Renováveis Portugal, S.A.

Empréstimos Obtidos Euro	Out. débitos Detidos Euro	Total Euro
-	563	563
-	856	856
12 379 690	-	12 379 690
12 379 690	1 419	12 381 109

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

**Empresas**

EDP - Energias de Portugal, S.A.  
EDP Distribuição - Energia, S.A.  
EDP Serviço Universal, S.A.  
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.  
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.  
EDP Renováveis Portugal, S.A.

Juros de Empréstimos Obtidos Euro	Outros Custos Euro	Total Euro
-	1 111	1 111
-	3 850	3 850
-	2	2
-	3 421	3 421
-	3 263	3 263
669 312	54	669 366
669 312	11 701	681 013

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2015, são analisadas como segue:

**Empresas**

EDP - Energias de Portugal, S.A.  
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.  
EDP Renováveis Portugal, S.A.

Juros de Empréstimos Obtidos Euro	Outros Custos Euro	Total Euro
-	563	563
-	3 636	3 636
753 611	100	753 711
753 611	4 299	757 910

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

**Empresas**

EDP Serviço Universal, S.A.

Vendas e Outros Proveitos Euro	Total Euro
5 450 751	5 450 751
5 450 751	5 450 751

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2015, são analisadas como segue:

**Empresas**

EDP Serviço Universal, S.A.

Vendas e Outros Proveitos Euro	Total Euro
5 373 492	5 373 492
5 373 492	5 373 492



## 25. Eventos relevantes ou subsequentes

Após a data do balanço não ocorreram eventos subsequentes relevantes que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

## 26. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

### Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

#### IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, se esse desconto for material. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

#### IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – Reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

A Empresa não teve qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

### Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro).

A Empresa não teve qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

### A Empresa decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009 e 2010) introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os activos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Foi publicada a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura.

Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

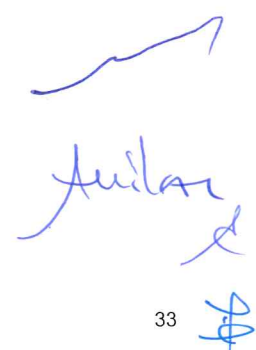
A IFRS 9 será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada).

A Empresa encontra-se a analisar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

#### IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.



EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

A Empresa encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

**Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa**

**Outras alterações**

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.

A Empresa não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

**27. Matérias ambientais**

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da Empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do período, excepto se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Durante o período, a Empresa reconheceu despesas em resultados do período, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Protecção da biodiversidade e paisagem	10 332	2 378
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	3 646	2 378
	<u>13 978</u>	<u>4 756</u>

Vila Pouca de Aguiar, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO



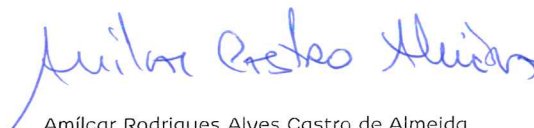
Maria Alice Jorge Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

(Vogal)



António Alberto Pires Aguiar Machado

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

## APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Eólica de Montenegro, S.A.**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 21.728.488 euros e um total de capital próprio de 9.461.999 euros, incluindo um resultado líquido de 2.434.202 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Eólica de Montenegro, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'V. Cunha', written over a horizontal line.

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Eólica de Montenegro, S.A**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Eólica de Montenegro, S.A**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **Eólica de Montenegro, S.A**, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2016.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2016, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa, e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas;  
e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.





Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2016;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

31 de março de 2017

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)